Fragilidade pública em face das epidemias na segunda metade do século XIX mineiro*

The public fragile in face of the epidemical diseases in Minas Gerais in the XIX Century

ALISSON EUGÊNIO
Prof. de História Universidade Federal de Viçosa
Mestre em História na Universidade Federal Rio de Janeiro

RESUMO Este texto procura discutir como que os pobres foram se tornando tema da "narrativa humanitária" das elites médicas e autoridades públicas, à medida em que o processo de expansão dos "elos de interdependência em Minas" foram encejando a recorrência de perigosas epidemias.

Palavras-Chaves Fragilidade pública, pobreza e epidemia

ABSTRACT This text discusses how the poor people became a subject in the text of the doctors and medical authorities. This process occurred in Minas Gerais at the same time of its economy became interdependent and several epidemics were spread.

* *Artigo recebido em:* 30/04/2004 - *Aprovado em:* 12/06/2004.

Key words public health, poverty, epidemic

> Sem os socorros pois da caridade pública e do Governo, a humanidade se extinguirá por partes.[1]

A epígrafe que abre este texto foi recortada de uma carta enviada pela comissão de higiene pública do município de Januária, norte de Minas Gerais, ao Governo da Província quando uma grave epidemia de varíola atacava a população mineira durante o ano de 1874, comissão esta que havia sido enviada para tal município, o que também foi feito para outras localidades, com o objetivo de auxiliar as autoridades públicas a normalizar a vida cotidiana após o terror que a doença provocou nas pessoas (ver anexo).

A presença do termo "humanidade", muito comum na documentação disponível para o estudo de questões relacionadas à saúde, bem como dos termos povo, pobre e indigente (ou outros que são seus sinônimos) geralmente usados nos textos, de médicos ou autoridades públicas é um sintoma de que na transição do século XVIII ao XIX o Estado e a Sociedade no mundo ocidental foram se tornando mais atentos ao drama da miséria humana em face das epidemias, e em conseqüência foram incorporando a saúde coletiva às funções públicas de obrigação governamental. Isto talvez esteja relacionado com o que Foucault chamou de "decomposição utilitária da pobreza", quando, segundo ele "começa a aparecer o problema específico da doença dos pobres em sua relação com os imperativos do trabalho e a necessidade de produção" (1998, p.196).

Antes deste período, sabemos que a preocupação com a saúde dos pobres e da população em geral não era inexistente, mas ela estava entregue, principalmente, à caridade religiosa e a filantropia exercida pela porção bem afortunada da sociedade. Sendo assim limitada, pois sem um apoio mais amplo do Estado sustentado por um corpo de profissionais de medicina cada vez mais crescente em quantidade e qualidade, devido à expansão de lugares institucionais, como o hospital e as faculdades, onde o saber médico transformava-se rapidamente a partir do final do século XVIII (FOUCAULT, 1998, p.99) tal preocupação não seria suficiente para resolver os problemas que as endemias causavam no século XIX, quando o fenômeno do crescimento urbano e populacio-

1 Arquivo Público Mineiro (APM), Registro de Relatórios e Ofícios e Cartas sobre Saúde Pública da Província, SG 529, p.196, 1874.

nal havia tornado tais problemas muito mais agudos, por causa da expansão da concentração de pessoas em um mesmo espaço em curto tempo, ampliando a interdependência (tal como define Norbert Elias) entre elas, favorecendo recorrentes surtos epidêmicos.

Para se ter uma noção do crescimento urbano e populacional que concorreu para agravar os problemas de saúde da população no Brasil, tome-se o exemplo da cidade do Rio de Janeiro que, após ter sido transformada em sede da Corte portuguesa quando possuía aproximadamente 50.000 habitantes, teve o seu quadro demográfico aquecido de uma forma tal que às vésperas da proclamação da República se contava em torno de 500.0000 almas (DEAN, 1986, p.206). Este número foi dilatado não só pela transferência da família real e parte da nobreza de Portugal para aquela cidade, mas fundamentalmente pela ampliação da demanda por escravos, provocada pela expansão da cafeicultura, e da imigração européia para o Brasil após o fim oficial do tráfico de escravos no Oceano Atlântico em 1850, bem como do próprio crescimento vegetativo nacional.

Daria até para imaginar como a situação sanitária da capital do Brasil se deteriorou proporcionando uma lastimável proliferação de doenças que foram se tornando epidêmicas ao longo do século. Vejamos um fragmento de um texto escrito no início do século XX por dois médicos cariocas destacando o problema da higiene pública no século anterior: "A cidade não tinha esgotos regulares e apenas uma ou outra vala sem declive, de ordinário entupida, na qual as dejeções e as águas apodreciam ao sol dos trópicos; o lixo era atirado nas praias insalubrisando-as; águas servidas eram jogadas aos quintais convertendo-se em charcos e lamaçais; encontravam-se animais mortos pelas ruas e praças".[2]

O aumento populacional nos centros urbanos no contexto da expansão das relações de troca tanto em nível internacional quanto dentro dos territórios nacionais, e neste caso o do Brasil, levou à ampliação do que Nobert Elias chamou de "cadeias de interdependência", onde, segundo ele, "direta ou indiretamente cada impulso e cada ação dos indivíduos tornaram-se mais integrados". (1993, p. 194-196). Isto quer dizer que quando as "configurações sociais", isto é, de acordo com o mesmo autor, (as dinâmicas dos arranjos estruturais das dependências recíprocas entre os indivíduos) tornam-se mais complexas e dilatadas, o que se pode verificar no Brasil do tempo do Império, ocorre também um crescimento dos problemas coletivos, pois torna-se cada vez mais difícil para pessoas ou grupos isolados enfrentarem anomalias, como é o caso das epidemias, principalmente as contagiosas.

2 Apud: MACHADO, Roberto. A Danação da Norma. RJ: Graal, 1978, p. 178, nota 169. Esta obra contêm várias reproduções de conteúdo de documentos muito importante sobre a saúde no Brasil desde a Colônia.

Baseado nesta reflexão, Gilberto Hochman em "A Era do Saneamento" chamou as epidemias de "paradigma da interdependência"para estudar a construção da saúde pública brasileira e aumento da capacidade do Estado de intervir no território nacional durante a Primeira República, quando, segundo ele "uma política nacional de saúde pública no Brasil foi possível e viável a partir do encontro da consciência das elites com os seus interesses" sendo que tal encontro "foi promovido pelo movimento sanitarista brasileiro que buscou redefinir, entre 1910 e 1920, as fronteiras entre os sertões e o litoral, entre o interior e as cidades, entre o rural e o urbano em função do que considerava o principal problema nacional: a saúde pública". Assim, "por meio de uma intensa campanha de opinião pública o movimento tentou convencer as elites políticas de que esses sertões", caracterizados pelas doenças contagiosas, "estavam mais próximos e eram mais ameaçados do que elas imaginavam" (1998, p. 16).

Neste texto vou defender a hipótese de que se tal política nacional de saúde pública foi construída entre 1910 e 1920 de acordo com Hochman, os problemas que os sanitaristas da época de Osvaldo Cruz tentaram solucionar, quais sejam., a ameaça constante das epidemias à população que se expandia e se complexificava, tornando a independência entre as pessoas bem mais aguda, já estavam sendo gestados pelo menos uns cem anos antes da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920, pois desde a crise do sistema colonial as doenças que mais afetavam a parte pobre da sociedade brasileira foram percebidas pelos médicos como um grave prejuízo para todos, sendo ao longo do século XIX que a preocupação com os pobres e indigentes foi se transformando em questão pública, principalmente quando uma endemia escapava do controle, como a varíola, levando os habitantes do Império ao pânico e, assim, tornando mais premente a presença do Estado como instituição capaz de reunir os esforços e recursos necessários para impedir ou remediar tal anomalia. Neste sentido, uma certa proteção pública aos pobres e indigentes em épocas de epidemia no Brasil Imperial, mesmo que descontínua e emergencial, não poderia ser interpretada como uma das bases em que se fundou a construção da saúde pública nacional, cujo atendimento médico-hospitalar ainda hoje é em geral identificada como um serviço prestado essencialmente aos menos favorecidos pela distribuição social da riqueza? E o amplo uso do termo "humanidade"no discurso dos médicos e autoridades públicas do século XIX, como veremos mais a frente, para reivindicar ajuda governamental em épocas de calamidades causadas por alguma doença, não seria um dos sintomas da formação de uma consciência social por parte das elites de que o crescimento da cadeia de interdependência, cujas redes elas mesmas ocuparam um lugar central, demandava um cuidado espe-

cial em relação aos problemas de saúde que acabavam afetando a todos direta ou indiretamente? Em outras palavras, o uso generalizado de tal termo não poderia corresponder à demanda por um conjunto de práticas voltadas para minimizar os efeitos negativos, neste caso as epidemias, cada vez mais graves em uma configuração social, como a nossa, que ao final da época colonial tornou-se ainda mais complexa?

Colocadas estas questões tentemos, em seguida, definir o que é humanidade para depois apresentarmos como que esta palavra e outras correlatas aparecem nas fontes usadas neste estudo. Tal palavra tem uma construção semântica longa e diversificada, mas desde a *paidéia* grega, passando pelo *humanitas* latino, até os dias atuais, o seu sentido mais geral está relacionado à idéia de essência substancial humana, dotada de uma virtude racional mergulhada em uma historicidade que liga os homens do passado, aos do presente e do futuro (ABBAGNANO, 1999, p. 518). O seu uso mais generalizado, escapando mesmo aos círculos mais intelectualizados e se tornando um termo corrente no dia-a-dia, se deu na era das luzes. De acordo com Renato Janine Ribeiro, no prefácio do segundo volume da obra de Norbert Elias, O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização, esta idéia veio a ter o alcance e a dimensão que conhecemos hoje a partir do século XVIII "com a extensão da dignidade humana a círculos cada vez mais vastos, com desenvolvimento ademais do humanismo" (1993, p. 11). É neste contexto, segundo ainda este mesmo autor, que "a dor, na medida em que deixou de ser aceita com naturalidade, descortinou um modo de pensamento que se espera que ela seja abolida" (1993, 10). Uma das variações deste modo de pensamento do qual se refere Ribeiro, pode ser identificado com a noção de sentimento humanitário, de que deriva um discurso definido por Thomas Laqueur como "narrativa humanitária" (1992, p. 240) "que descreve um sofrimento específico e oferece um modelo para a ação social precisa" (1992, p. 241), algo típico do humanismo que, mais do que um conjunto variado de idéias, pode ser definido como um quadro geral de práticas a partir das quais os homens procuraram intervir na realidade para melhorá-la, usando para isso o próprio conhecimento construído da realidade que se procura melhorar (ABBAGNANO, 1999, p.534-536).

Em linhas gerais, é assim que vamos interpretar a noção de humanidade e seus termos correlatos nos textos médicos e das autoridades públicas no Brasil Imperial, tomando como referência suas atuações na mais populosa das províncias do antigo Império Brasileiro, Minas Gerais, de onde saia boa parte do abastecimento de alimentos do território nacional e, principalmente, da cidade do Rio de Janeiro. Daí sua importância política e econômica no referido período.

Comecemos identificando os problemas de saúde mais comuns em

tal Província, para em seguida analisar como um certo sentimento humanístico aparece nas fontes solicitando proteção pública, isto é, do Estado, com o fim de cuidar dos pobres e indigentes em épocas de epidemias, já que estes eram identificados como uma espécie de porta de entrada para as doenças que atacavam a todos, tal como demonstrou Sidney Chalhoub em Cidades Febris, quando investigava as políticas públicas para erradicação das anomalias patogênicas na segunda metade do século XIX, dentro das quais se insere a prática de remoção da população pobre do centro da capital do país (1999, p. 20-29).

Várias foram as doenças que atacavam a população mineira no tempo do Império. De acordo com as fontes (compostas basicamente de relatórios médicos, cartas das câmaras municipais e ofícios da Inspetoria de Saúde Pública da Província), a varíola era a que mais problemas causava, por causa do "pânico e terror que a acompanham", como dizia o comissário de saúde Camilo de Magalhães em ofício datado de 11 de janeiro de 1871, quando descrevia a situação do município de Piranga, na Zona da Mata mineira, na ocasião da epidemia da referida doença.[3]

Esta endemia, geralmente, ocorria no mundo inteiro desde tempos bastante remotos, sendo que em Minas Gerais todo o ano ela aparecia fazendo suas vítimas em uma ou outra localidade e, às vezes, em toda a Província, como ocorreu na virada de 1873 e 1874 (ver anexo). O medo que ela causava está relacionado às amplas dificuldades de se combatê-la, dado o seu caráter altamente contagioso, e aos poucos recursos para preveni-la ou remediá-la, como as vacinas que, em muitos casos não provocavam efeito algum porque, até chegar às montanhas mineiras, partindo do Rio de Janeiro, elas se deterioravam por causa do problema de sua conservação durante o tempo de seu transporte em clima tão quente quanto o nosso. Segundo Tânia Maria Fernandes, desde a chegada da corte portuguesa ao Brasil, as doenças contagiosas, principalmente a varíola, passaram a ser enfrentadas a partir de políticas sanitárias empreendidas pelo Estado, como forma de sanear a Colônia, começando pela sua capital, (1999, p. 29). Isto Talvez seja um primeiro sintoma da formação de uma consciência dos efeitos negativos que uma configuração social produz quando passou por um processo de dilatação e complexificação de suas redes.

O destaque dado ao combate a esta endemia, também conhecida popularmente por bexigas, neste sentido está ligado ao caos que ela produzia quando escapava do controle, dificultando as relações entre pessoas no dia-a-dia, a ponto de "mais de 300 pessoas abandonarem suas casas, apavoradas e aterrorizadas com a presença de tão medo-

3 APM, Avulsos sobre Saúde Púbica, SP, pp. 1-26, cx. 3, p.1, 1871

nha moléstia",[4] como ocorreu no município de Arraçuai, norte da Província, no ano de 1878, de acordo com um ofício do juiz municipal, Dr. Bento Maximiano da Silva, enviado à Presidência provincial no dia 25 de novembro, ou a ponto de uma localidade inteira em 1870, são Sebastião dos Aflitos, situada no município de Ubá, ficar "em Sítio completo porque os roceiros não vêm trazer os mantimentos e nem vêm comprar nada do que precisam",[5] devido ao medo da contaminação por uma moléstia que se não matava, deixava o indivíduo com uma aparência repugnante dada a deformação que ela causava no corpo e, normalmente no rosto. Vejamos só para ilustrar, uma passagem do célebre *Memórias Póstumas de Brás Cubas* que em um de seus reencontros com o passado, ilustrou muito bem a aparência de alguém que havia sido castigado por aquele mal:

> ao passar pela Rua do Ourives, consultei o relógio e cai-me o vidro na calçada. Entrei na primeira loja que tinha à mão; era um cubículo empoeirado e escuro. Ao fundo, por trás do balcão, estava sentada uma mulher, cujo rosto amarelo e bexiguento não se destacava logo, à primeira vista; mas logo que se destacava era um espetáculo curioso. Não podia ter sido feia; ao contrário, via-se que era bonita. Mas a doença e uma velhice precoce destruíram-lhe a flor das graças. As bexigas tinham sido terríveis; os sinais, grandes e muitos, faziam saliências e encarnas, declines e aclives, e davam uma sensação de lixa grossa, enormemente grossa.[6]

Além desta enfermidade, tantas outras atacavam a população mineira no século XIX. Vejamos como elas eram citadas nos relatórios elaborados pela Inspetoria de Saúde Pública da Província, para serem enviados ao Ministério do Negócios do Interior do Império, e pelas informações prestadas pelas câmaras e comissários de saúde municipais à referida Inspetoria.

Em 1865 o Doutor Carlos de Magalhães Gomes elaborou o seguinte relato das doenças que mais acometeram os habitantes de Minas:

> Afora algumas doenças que grassam identicamente em várias partes, além das doenças comuns a todos os países e que afetam um e outro indivíduo indistintamente, às quais se atribuem à uma causa geral existente na atmosfera, nenhuma epidemia havia se desenvolvido até então. Em setembro, porém, começou a desenvolver-se em São Miguel do Piracicaba do município de Santa Bárbara, uma epidemia de caráter maligno, que pouco a pouco tem se tornado tão assustadora que em 30 de dezembro ordenei que para lá seguisse uma ambulância com medicamentos necessários para combater o mal. Do geral se vê que foi a disenteria que ali desenvolveu-se tão fatalmen-

4 Idem, Cx. 5, p.42, 1878
5 Idem, Cx.2, p. 38, 1870
6 ASSIS, Machado. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo, Zero Hora/Klick, 1997., p.88

te, vitimando principalmente as crianças, que acabaram de sofrer da epidemia do sarampo, moléstia que as deixavam enfraquecidas e em estado de não poderem resistir à enfermidade do novo mal. De uma população de cerca de mais ou menos 200 almas, pouco mais de 130 indivíduos, todos menores, faleceram. Durante os 35 dias em que me detive ali, recolheram-se apenas 41 pessoas das quais faleceram 32 por falta de observância dos cuidados higiênicos e porque não se satisfizeram os tratamentos prescritos. Aos 4 dias de Janeiro a epidemia havia atingido o seu maior auge, elevando o número de falecidos para 158. No mês de fevereiro e no de março ainda apareceram um e outro caso, alguns deles seguidos de morte, mas no princípio de abril achava-se o mal completamente controlado. Esta moléstia, própria dos climas quentes, costuma durante o verão aparecer espontaneamente em muitos cantos da Província. Além da freguesia de São Miguel, que foi a mais afetada, acham-se acometidas do mesmo mal a de Piranga, no município de mesmo nome, e uma outra situada em Mariana e quase todas as outras situadas em Santa Bárbara e, igualmente, a de Santa Rita do Turvo, em Ubá. Reinam ainda nesta Província os sarampos e as bexigas. Desde janeiro acha-se esta capital com sarampo, onde poucas vítimas faleceram, não obstante o grande número de afetados. Para este desenvolvimento concorreu a acumulação nesta capital de forças do teatro da guerra; dos 17º e 18º batalhões da infantaria não poucos praças foram vítimas do mesmo mal. Durante o primeiro semestre deste ano, foram tratados nas enfermaria da Santa Casa de Misericórdia 809 praças, não passando de 11 o número de falecidos, que sucumbiram 3 de febre tifóide, 1 de febre perniciosa, 1 de tuberculose, 1 de hepatite crônica, 1 de afecção cancerosa, 1 pneumonia, 1 de diarréia, 1 de gastro-interite e 1 congestão. Comumente aparecem nos hospitais casos de febre tifóide que se tornam sempre graves. Isto é acusação de todos os práticos, e que de alguma maneira se explica pela acumulação de pessoas em um mesmo edifício. De todas as epidemias, uma das mais graves, por causa do terror que difunde na população, é a varíola. Infelizmente em todos os anos temos povoações da Província invadidas por este mal que nos vem da Corte do Império, ou de certos lugares da Província de São Paulo, onde ele reina epidemicamente.[7]

Um outro relatório, assinado pelo Dr. Domingos Eugênio Nogueira em 14 de janeiro de 1870, nos informa que

no Rio Pardo, em março do ano passado, começou a desenvolver-se nesta cidade e seus distritos febres intermitentes malignas, e com tal intensidade que durante 3 meses, quer da classe proletária, quer da outra, raro era o dia em que não se sepultava uma vítima. A favor da classe indigente, pedi a Vossa Excelência em 1º de junho pus vacinico que coloquei à disposição da municipalidade, também autorizando-a a contratar um médico e um farmacêutico. Deve-se atribuir como origem dessa epidemia às muitas lagoas pantanosas que circundam esta localidade no seu lado mais habitado, e também às inundações provenientes das cheias dos Rios Preto e Pardo, cujas águas deixam os seus leitos para encherem as lagoas, onde nelas se conservam

7 APM. Registros de Relatórios, Ofícios e Cartas sobre Saúde Pública na Província, SG 526, p. 27-9, 1865

até tornarem-se lodosas e miasmáticas no verão. Seria a meu ver de urgente necessidade por termo a este mal que em todos os anos dizimam os habitantes desta cidade. O remédio mais eficaz será o de romper as lagoas por meio de canais, como já se fez em outros tempos em iguais circunstâncias (...). Em Patrocínio, é esse município acostumado a sofrer das febres poludosas provenientes das estagnações nas margens do Rio Paranaíba que se limita com o município de Paracatu. Em Passos, segundo o costume, desenvolve-se febres malignas que, como sempre, produziu várias vítimas, mas em menor escala que a de outros anos. Em Juiz de Fora tem grassado com grande freqüência febres perniciosas e também as tifóides, a disenteria, a hipoemia intertropical, a cujas causas atribuem-se aos inúmeros focos de miasmas existentes nas úmidas e extensas margens do seu principal rio, produzindo às vezes estragos nas fazendas, como há pouco se sucedeu nas de Benfica, Cachoeira e Liberdade. Endemicamente permanece neste município mais do que nos outros a hipoemia na classe pobre e de escravos. São geralmente conhecidas como causas deste mal a má alimentação, habitação úmidas e excesso de trabalho. Em Dores do Indaiá desenvolveram-se febres poludosas e tifóide nas vizinhanças do Rio São Francisco. Em Três Pontas, o seu estado sanitário não foi bom, mesmo não aparecendo ali epidemia alguma, pois foi grande o número de enfermidades que lá houve, como pleurises, pneumonia, hidropsias e diarréia. Em Boa Esperança apareceram nas margens do Rio Grande casos de febres poludosas, além do sarampo e da coqueluche.[8]

De todas as doenças relatadas pelos médicos que ocuparam o cargo de Inspetor da Saúde Pública da Província de Minas Gerais em épocas diferentes, as mais mencionadas, depois da varíola foram as febres, o sarampo e a diarréia. A primeira, acompanhada de vários adjetivos (intermitentes, perniciosas, malignas e poludosas), os quais remetem geralmente à febre amarela e à malária, ainda é uma endemia muito comum nos climas quentes e úmidos como o nosso. As outras duas são comuns a todas regiões pobres do planeta, atacando principalmente as crianças, concorrendo para aumentar a mortalidade infantil. Nos relatórios transcritos anteriormente, além de um inventário das enfermidades que mais atacavam os mineiros, podemos perceber também alguns aspectos do pensamento médico, que atribuíam às emanações miasmáticas, isto é, ao mal cheiro exalado da putrefação das matérias orgânicas, a causa geral das enfermidades, porque tais emanações, segundo os doutores do Império, corrompiam o ar.

Retornando à nossa descrição das doenças mais comuns que se desenvolviam nas Minas Gerais do Século XIX, a Câmara Municipal do Sabará informa-nos que no ano de 1856 “as moléstias mais freqüentes neste município são a sífilis a gastro-interite, a hepatite, a bronquite, a coqueluche e o sarampo, os quais nas mudanças de estações apresen-

8 Idem, p. 46-50.1870.

tam-se em grande número no estado agudo".[9] Já a Câmara Municipal de Santa Luzia acusou a ocorrência na freguesia de Lagoa Santa no ano de 1876 "uma gastrite que bastantes estragos fez, atacando mais de 200 pessoas, das quais faleceram mais de 80". Ainda esta Câmara denunciou na mesma ocasião "a falta de uma botica sequer, ou ao menos uma pessoa que tenha habilitação para curar, sendo os seus habitantes a maior parte pobres, e por esta causa perecer todos pela falta de recursos em época de epidemia".[10] Já a vereança de Arraçuai, no mesmo ano, relatou que "infelizmente grassou nesta cidade e seus arredores uma epidemia de tifo, a qual tendo se manifestado em fins de ano passado e se estendendo até abril do corrente, fez um número avultado de vítimas, das quais faleceram de tão terrível enfermidade para cima de 60 indivíduos".[11] Da cidade de Patrocínio, chegou o informe de que "a municipalidade sofria a invasão da terrível moléstia de beribéri, que atacou grande número de indivíduos".[12] Em Ouro Preto, capital da Província, além da varíola, no ano de 1872, deram-se inúmeros casos de tifo, diarréia, disenteria e tuberculose, onde morreram destas e outras doenças 196 pessoas, sendo que "o obituário das crianças, por causa das mudanças rápidas de temperatura que afetam os seus débeis organismos não é pequeno".[13]

Para completar este inventário endêmico que estamos tentando elaborar para mostramos os principais problemas de saúde em Minas Gerais no período imperial, seguem-se dois quadros contendo doenças e o volume de suas incidências ao longo de um período que vai de 1824 até 1886, os quais foram produzidos a partir de atestados médicos da junta cirúrgica da Província, relativos ao atendimento de funcionários públicos civis, militares e eclesiásticos que solicitam despensas de suas atividades, e a partir de informações das delegacias de Higiene, criadas em 1886 por decreto imperial, contendo dados para a população em geral; e ao final deste texto também completa este sumário endêmico mineiro uma longa descrição dos estragos causados pela epidemia da varíola ocorrida em várias municipalidades da Província entre os anos de 1873 e 1874.

9 APM, Correspondência das Câmaras Municipais à Presidência da Província sobre Saúde Pública, S.P. 612, p. 11, 1856.
10 APM, Avulsos sobre Saúde Pública, pp.1-26 CX-5, p.3, 1875-77
11 Idem, p. 27
12 Idem, p. 8
13 APM, Registro de Relatórios, Ofícios e Cartas sobre Saúde Pública de Província, SC 526, p. 85, 1872.

Quadro I - 1824-1867

FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	
DOENÇAS	QUANTIDADE
HEPATITE	20
GASTRITE	8
REUMATISMO	6
HEMORRÓIDAS	6
INFLAMAÇÕES	5
TUBERCULOSE	4
SÍFILIS	3
LESÃO NO CORAÇÃO	2
CATARATA	2
DIARRÉRIA	1
ASMA	1
BRONQUITE	1
PNEUMONIA	1
DISPESIA	1
TOTAL	61

Fonte: Junta Médica, SG 526

Quadro II - 1886

POPULAÇÃO EM GERAL	
DOENÇAS	QUANTIDADE
S. RESPIRATÓRIO	38
S. NERVOSO	38
TUBO DIGESTIVO	27
A.URINÁRIO	23
DOENÇAS DA PELE	20
REUMATISMOS	18
BRONQUITES	17
FEBRES	15
SARAMPO	10
PNEUMONIA	10
CONVULSÕES	10
DIARRÉIAS	9
SARNAS	8
SÍFILIS	7
DISPESIA	6
PLEURISES	5
DISENTERIA	4
TOTAL	265

Fonte: Delegacias de Higiene Avulsos, pp. 1-26, Cx.8

Os esforços para a elaboração dos registros destas doenças empreendidos por médicos e autoridades públicas, ao longo do período imperial, revelam que a saúde da população durante a formação do Estado e da nação no Brasil, tomando como referência uma de suas mais importantes províncias, a de Minas Gerais, não estava mais entregue apenas à sorte de seus habitantes, que passaram a contar com uma certa assistência, cuja nitidez se dava principalmente em épocas de calamidades provocadas pelas epidemias, o que a caracteriza como emergencial e lacunar, pois ela era oferecida quase sempre quando as enfermidades já estavam batendo às portas das pessoas, ou já se encontravam em seus lares, sendo que neste contexto, os pobres e indigentes, pelo perigo que representavam, passaram a ser percebidos com dignos de humanidade, porque o seu sofrimento acabava por ameaçar a toda sociedade, e assim uma certa proteção pública passou a ser solicitada para eles, como forma de impedir as marchas das epidemias que tanto atormentavam o Império.

Este tormento era ainda maior não só quando uma epidemia assolava a população, mas também quando os índices de mortalidade infantil batiam as alturas. Por exemplo: Na Vila do Prata, em 1855, dos 164 óbitos registrados, 124 foram de crianças entre 0 e 9 anos de idade. Na cidade de Diamantina, no mesmo ano, dos 246 falecidos, 105 havia sido da mesma faixa etária, tal como ocorreu em Campo Belo, onde dos 184 mortos, 62 eram destes inocentes.[14] Uma das doenças que mais atacavam esta fatia da sociedade, segundo o relatório da Inspetoria de Saúde Pública de Minas, relativo a 1860 era "a coqueluche que é a doença que tem mais se aclimatado nesta Província. Como costuma, tem sido as crianças exclusivamente afetadas por ela, tendo o número de vítimas crescido muito, o que atribuo ao rigor do inverno, estação que tanto favorece as afecções pulmonares na idade da infância".[15]

Dito isto, vale lembrar que, dadas as próprias limitações das ciências médicas do período, em particular no nosso país, muitas doenças poderiam ser confundidas umas com as outras, além do que algumas nem mesmo eram conhecidas, sem contar que muitos termos usados para designá-las ainda eram revestidos por uma concepção mágico-religiosa, muito comum no tempo da Colônia, principalmente em regiões distantes das cidades e vilas mais importantes, onde médicos e farmacêuticos jamais colocaram seus pés, deixando a saúde pública entregue aos práticos, curiosos, erbolários, barbeiros e até mesmo charlatães.

Assim, foi bastante comum no século XIX, partindo de exemplos da Província mais populosa do Império, Minas Gerais, reclamações desse tipo. Mesmo no final da época imperial, o que não cessou de imediato na Primeira República, tal problema continuou preenchendo páginas e mais páginas de relatórios e cartas oficiais destinadas ao Governo da Provín-

cia. Em Cataguases, março de 1888, o delegado de higiene do Município levava "ao conhecimento dos Poderes da Província o procedimento abusivo de certos indivíduos receitarem, como se fossem médicos, o que é costume generalizado até mesmo de negociantes em venderem drogas, mesmo as corosivas, abuso este recentemente cometido pelo negociante Rozário Fomasino, resultando no envenenamento de uma criança".[16] Em Santo Antônio do Monte, o delegado de lá justificando-se lutar "para melhorar o péssimo estado em que se encontra a prática de Medicina nestes lugares, por causa dos curandeiros, tentando impedir os tantos abusos cometidos nesta cidade", resolveu "multá-los para o bem da humanidade".[17] Em Pará de Minas, no mesmo ano, a autoridade sanitária, "não podendo exercer o cargo, tanto por causa de não encontrar garantia nenhuma das outras autoridades desta cidade, quanto por causa dos abusos dos curandeiros, e até mesmo dos farmacêuticos licenciados, que praticam toda a sorte de abusos infrindo as disposições do Regulamento Sanitário"[18] acabou pedindo exoneração da sua função. Em Passos no ano seguinte, a delegacia higiênica local também ficou sem seu líder, pois ele tomou a mesma decisão, porque "a Câmara Municipal se recusou tornar efetivas as multas aplicadas por esta Delegacia contra os curandeiros e outros infratores das Disposições Sanitárias urgentes no País".[19] Em Araxá, em maio de 1889, o seu agente sanitário, reclamando da mesma dificuldade que os demais agentes de outras localidades, informou ao Governo da Província o caso de Luiz Tenotti que "era um destes curandeiros audazes que não fazem seleção dos meios para alcançar os fins desejados, resguardando-se na proteção que lhe fornecem algumas pessoas desta cidade, para quem as leis brasileiras são dignas de maior desprezo".[20]

A facilidade destes práticos ilegais das profissões de saúde era reforçada por causa da falta de serviços neste ramo no interior do país. São inúmeras as reclamações da "falta de médicos e boticas" das mais distantes localidades mineiras. Em Dores do Indaiá, em 25 de janeiro de 1871, a Câmara Municipal reclamou da Inspetoria de Saúde que "não há em todo o Município um só cirurgião que possa acudir a humanidade sofredora. Mas há charlatões sobre os quais devem ser tomadas medidas enérgicas, porque, sendo a maior parte deles ignorantes, ceifam as vítimas que lhes procuram".[21] Em Curvelo, de onde partiram reclama-

14 APM, Nascimento e Óbitos nos Municípios Mineiros em 1855, SP. 609, 1855-1856
15 APM, Registro de Relatórios, Ofícios e Cartas Sobre Saúde Pública, Saúde Pública, SG 526, p. 14, 1860-1
16 Idem, cx.5, 1888, sem pág.
17 Idem
18 Idem
19 Idem, cx.12, 1889, sem pág.
20 Idem
21 Idem, cx.3, 1871, sem pág.

ções contra o exercício abusivo da Medicina e da Farmácia, em 1855 a Câmara Municipal relatou ao Governo provincial que lá havia "a carência de médicos e boticas".[22] Em São Bento do Tamanduá, os seus vereadores esperavam "que Deus não permita a invasão deste Município pelo terrível flagelo do cólera, e para isso a primeira e mais importante necessidade é a de dois médicos e a provisão de todos os medicamentos necessários à esta moléstia, pois em todo este Termo apenas há um ou outro curioso que em casos ordinários socorrem os enfermos, não havendo uma só botica que esteja provida dos convenientes medicamentos".[23] Em 1829, na Vila de São João Del Rey, no Jornal "O Amigo da Verdade", um cidadão com o pseudônimo de "o assustado" pediu para publicar que ali "havia a grande necessidade de Professores de Cirurgia que possam socorrer o povo nas suas enfermidades, não havendo no presente a quem recorrer, por isso peço a esta Folha que anuncie a quem quiser residir aqui, pois certo estou de que não lhe faltará o que fazer".[24]

Feitas estas considerações, e tendo apresentado um incompleto inventário nosológico da Província de Minas Gerais, mas que nos serve para termos uma noção dos problemas de saúde mais comuns de sua população, vejamos em seguida como que a pobreza e a indigência se tornaram temas dos discursos humanitários em épocas de epidemia.Comecemos tentando compreender os critérios que a sociedade escravista estabeleceu para definir a noção de pobre. Em 1855, quando o cólera castigava quase todo o Império, antes que esta moléstia se tornasse epidêmica no território mineiro, uma série de medidas foram tomadas pelo governo da Província. Entre elas destaca-se a autorização de gastos públicos para câmaras cobrirem despesas necessárias ao melhoramento das condições sanitárias dos municípios, pois tais condições foram apontadas como causa geral da infecção atmosférica, de onde se origina esta e outras doenças de acordo com o pensamento médico dominante no período. Assim, a comissão de saúde provincial sugeriu que "se preste a cal necessária para os caiamentos das casas dos que forem pobres, entendendo-se como tais os que não são votantes nas eleições primárias, e aquelas famílias que não possuírem ao menos um escravo".[25]

Para melhor compreendermos estes critérios, precisamos definir os seus parâmetros. As eleições primárias às quais se referem a citada comissão, foram aquelas fixadas pela constituição outorgada em 1824. De acordo com suas regras, tal como as apresenta José Murilo de Carvalho, todos os homens de 21 anos ou mais com exceção dos oficiais militares,

22 APM, Registros de Ofícios e Despachos sobre Saúde Pública, SP 574, 1855, p.99
23 Idem
24 HPMG, Jornal "O Amigo da Verdade", JOP 76, 11/09/1829, p.3
25 APM, Registro de Ofícios de Inspetoria de Saúde Pública da Província, SP. 574, p. 195, 1855.

clérigos e chefes de família que não demonstrassem renda mínima de 100 mil réis anuais, estavam aptos para a participação da escolha dos candidatos às cadeiras do Congresso Nacional, em um pleito que se fazia em dois turnos. No primeiro estes cidadãos escolhiam, entre aqueles que demonstravam uma renda anual acima de 200 mil réis, os que elegeriam os deputados e senadores. Já nos municípios, a eleição dos vereadores e juizes de paz era feita em um só turno, tendo o direito de escolha aqueles brasileiros com a mesma renda anual dos votantes nas eleições primárias (2001, p.30). De acordo com o mesmo autor, a maioria da população adulta tinha uma renda compatível com a exigida na legislação brasileira, o que tornava relativamente alto o comparecimento às urnas, tomando-se como referências os padrões do ocidente europeu da época(2001, p. 31). Assim, de acordo com este primeiro critério, pobre era aquele que não possuía uma renda mínima que o excluísse até mesmo das eleições municipais.

Quanto ao segundo critério, o de não possuir ao menos um escravo por falta de recursos para tanto, tornava o cidadão obrigado a ganhar a vida exclusivamente com o suor de seu trabalho, o transformando em um homem livre-pobre de acordo com a definição de Maria Silvia de Carvalho Franco no clássico livro "Homens Livres na Ordem Escravocrata" (1974).

Em relação aos indigentes, ou miseráveis, creio que a noção atribuída a estes termos, embora eles não existissem tal como os conhecemos hoje, não deve ter variado muito desde a baixa idade média até a era industrial, a não ser a percepção que se tinha deles que, de "coitadinhos de Deus"dignos da piedade divina e da caridade cristã, passaram a ser considerados um agrupamento humano perigoso, contra os quais se deveria impor uma rigorosa vigilância, e se possível manter ocupado (MELLO e SOUZA, 1990, p. 11-14, CHALHOUB, 1999, p. 20-29).

Tendo claras estas definições, e entendendo que os pobres e indigentes, no contexto das doenças, eram considerados a porta de entrada de epidemias infecto-contagiosas por causa das péssimas condições sanitárias em que viviam, e por isso podendo contaminar toda a população indistintamente, o que fez eles serem percebidos socialmente como uma fonte de perigo público, passemos em seguida ao cerne deste texto.

Em 1840 o Presidente da Província, o Dr. Bernardo Jacinto da Veiga, apresentou à assembléia Legislativa Provincial o relatório da situação geral de Minas Gerais relativa ao ano anterior, do qual recortaremos a parte onde ele se refere à saúde pública, cujo conteúdo é o seguinte:

> Além da moléstia contagiosa das bexigas, que, como em alguns anos antecedentes, desenvolveu-se em diversos pontos da Província e desta Capital, onde ainda hoje se sentem os seus efeitos, nenhuma outra se manifestou que se fizessem necessárias quaisquer providências das autoridades durante o

tempo que decorreu do encerramento da última sessão da Assembléia. Aqui se apresentavam primeiramente atacados daquele mal alguns presos, que se supõe terem vindo já infectados de outros lugares, e porque não fosse possível estabelecer-se imediatamente a separação devida, quer na Cadeia, quer no Hospital de Misericórdia, para onde foram transferidos os enfermos, comunicou-se o mal à algumas outras pessoas, não excedendo contudo o número total a 16, dos quais faleceram 3, estando restabelecidas quase todas as outras, segundo consta ao governo, do que se pode concluir, não só que a enfermidade deixou felizmente de apresentar por esta vez o caráter terrível que ordinariamente a distingue, mas também que foram desvelados no cumprimento de seus deveres dos Facultativos encarregados da vacinação da cidade, e do tratamento dos enfermos, não obstante ser certo que a mesa da Santa Casa de Misericórdia viu-se, com mágoa, destituída de meios para tais conjecturas oferecer os cômodos necessários aos desvalidos que ali encontraram o seu único asilo, necessidade esta que pretende o governo socorrer pelos meios a seu alcance, dando providências para a construção de novas Enfermarias no interior do hospital, vista que a cadeia segundo informa a Câmara Municipal, não se podem elas estabelecer pela maneira comumente, nem para os presos, que em circunstâncias, como as que me refiro, devem ser tratados à custa da Fazenda Pública. O mesmo governo, solícito em obstar a propagação do mal das bexigas, tem constantemente remetido e feito remeter às todas as Câmaras Municipais suficientes porções de pus vacínico, recomendando-lhes o maior cuidado e atividade na sua aplicação, providência esta que também se acha especialmente incumbida ao Phísico Dr. Bernado Antônio Monteiro, da qual tem se colhido bom resultado, principalmente nas povoações onde os Facultativos ou pessoas curiosas que de bom grado prestam à humanidade esse serviço tão suave, como importante e meritório, sendo também agradável a cortesia de que muitos fazendeiros bem convencidos da eficaz utilidade deste singular preservativo, o tem pessoalmente aplicado com proveito à suas famílias, prova incontestável de que vai desaparecendo esta tão fatal repugnância que contra a vacina nutrem pessoas menos ilustradas. Não obstante porém o que acabo de informar-vos, entendo que as nossas diligências sobre tão importante objeto não devem limitar-se às meras recomendações, pois o bem da humanidade exige que por Lei se descrevem as medidas policiais que regulem a vacinação em toda Província de maneira que possam os facultativos exames e observações que julgarem necessárias, o que hoje não acontece em todos os lugares por não terem eles ação alguma sobre pessoas vacinadas.[26]

Há várias passagens interessantes neste relatório sobre a saúde mineira. Uma delas, e que mais interessa, trata-se da percepção do Presidente da Província da necessidade que pretende o governo de socorrer pelos meios ao seu alcance, dando providências para construção de novas enfermarias no interior do Hospital", já que " a Santa Casa de Misericórdia viu-se com mágoa, destituída de meios para oferecer os cômodos necessários aos desvalidos que ali encontram o seu único asilo".

26 APM, Registro de Relatórios da Presidência da Província à câmara Legislativa Provincial, Filme 1, gaveta E. 7, p. 29-31, Ouro Preto, 01/02/184

As Santas Casas, estas instituições dedicadas entre outras coisas à filantropia social, acolhendo os pobres em seus leitos quando eles caiam em desgraça pública por falta de recursos para se tratarem em épocas não só de epidemias, mas também em situações ordinárias da vida cotidiana, aos poucos foram sendo transformadas pelo Estado em uma importante aliada para a prática de proteção pública. Aliás, elas já faziam isto desde o tempo da Colônia. No Império, passaram a receber verbas do governo central e das províncias para aumentarem a oferta de seus serviços.

É claro que aquela percepção governamental, sobre a necessidade de prestar ajuda aos "desvalidos", e a sua decisão de liberar verbas públicas para as Misericórdias expandirem a sua capacidade de atendimento a eles não sugiram de uma hora para outra. Isto ocorreu ao longo do século XIX, à medida que as doenças foram se reproduzindo ano após ano, e as vezes atingindo um descontrole tal que a miséria humana ficava desnuda a tal ponto que "cadáveres de variolosos ficavam insepultos nas ruas", como aconteceu na cidade de Mariana em 1874 de acordo com as informações do relatório de saúde do referido ano.[27]

Foram aberrações como esta que, junto com os clamores públicos, levaram o Estado a interver no problema "para o bem da humanidade", pois estas situações além de colocar em perigo toda a sociedade, no caso da epidemia da varíola cujo vírus é bastante contagioso, causavam um certo caos na vida cotidiana por causa da ameaça constante da morte, principalmente quando cadáveres ficam insepultos nas ruas, levando as pessoas a se trancarem em suas casas ou fugirem para longe de tal ameaça, como aconteceu na cidade de Passos, sul de Minas, em 1862, onde mais de 800 indivíduos foram afetados por tal enfermidade.[28]

Vejamos alguns outros exemplos da solicitação de proteção pública em épocas de calamidades causadas por doenças descontroladas. Em 1870, um outro relatório informando sobre as condições sanitárias da Província, oferece-nos os seguintes dados:

> No mês de junho foi a freguesia de Taquariçu, sita no município de Caeté, assolado pelo tifo, onde providências foram tomadas a fim de que a pobreza não sofresse por falta de recursos. Em março do ano passado na cidade do Rio Pardo e seus subúrbios grassou uma epidemia de febres intermitentes e perniciosas, cuja mortalidade que causou foi notável em vista do tamanho da população. Na falta de outros meios mais adequados, indiquei à Presidência da Província que colocasse alguma quantia à disposição da câmara local para socorrer a classe indigente, com a qual foi contratado um médico. A mesma epidemia ocorreu em Passos, cuja câmara pediu socorro para aten-

27 APM, Registro de Ofícios da Inspetoria de Saúde Pública, SP. 574, p.256, 1874
28 APM, Registro de Relatórios, Ofícios e Cartas sobre Saúde Pública, SG 526, p. 19, 1862

> der aos indigentes. Na freguesia da Lapa no município de Sabará uma epidemia de angina mais ou menos intensa permaneceu por lá três meses, e para socorrer a classe desvalida foi colocada à disposição da câmara a quantia de 500 mil réis.[29]

Entre 1873 e 1874 uma terrível epidemia de varíola atacou todos os municípios de Minas gerais, quando mais 4000 pessoas foram afetadas, morrendo mais de 1000, de acordo com os dados oficiais do relatório do referido ano.[30] Por causa disto vários pedidos de socorro chegaram ao Palácio do Governo, através da Inspetoria de saúde, tendo partido de quase todas as câmaras municipais que os solicitavam para socorrer os necessitados. Tais pedidos foram em sua maioria acolhidos pelo então Inspetor de saúde Pública da Província, o Dr. Carlos Thomas de Magalhães Gomes, que se dirigindo ao chefe de governo provincial pedia "ao excelentíssimo Senhor Presidente para que se digne a aprovar os atos que expedi nesta data, abrindo um crédito na quantia de 5 contos de réis para socorrer as despesas com o tratamento dos indigentes acometidos pela varíola na cidade de Mariana e para regularizar o serviço sanitário da comarca".[31]

A situação desta cidade parecia realmente estar conturbada naquele epidêmico biênio de 1873 e 1874. Para se ter uma idéia disto, em 14 de setembro do segundo ano de mortalidade causada por aquela moléstia pestilenta, o governo mineiro autorizou ao Inspetor Geral da Polícia da Província "a mandar por à disposição do Delegado de Mariana mais duas correntes de galés a fim de serem empregadas no enterramento de corpos dos indigentes falecidos em conseqüência da varíola".[32] Os galés aos quais se referem o ofício eram aqueles condenados pela justiça a serviço forçado. Neste caso, como os indigentes não tinham ninguém mais próximo para levá-los à uma sepultura de forma cristã e humanizada, principalmente no contexto de uma violenta epidemia de tal gravíssima enfermidade altamente contagiosa, não é surpreendente que seus corpos ficassem entregues à estas medidas de urgência pública.

Enquanto isso, alguns poucos quilômetros dali, não mais que 10, a Capital Imperial da Província também ardia flamejante com a varíola, levando o referido Inspetor de Saúde a "abrir um crédito de 6 contos de réis para o pagamento das despesas feitas e que se continuam a fazer com tratamento dos variolosos indigentes desta capital, onde desde setembro do ano passado reina a epidemia de bexigas sem que até agora se pudesse conseguir a sua extinção apesar dos esforços empregados".[33]

29 Idem, p.57, 1870
30 APM, Registro de Ofícios e Cartas sobre Saúde Pública, SG 529, p. 257-267, 1873-1874
31 APM, Registros de Ofícios da Inspetoria de Saúde Pública da Província, SG 528, p.88, 1874
32 Idem, p. 71, 1874
33 Idem, p. 84, 1874

Como a extensão da gravidade epidêmica atingiu toda a Província, tendo também notícias de seu aparecimento em vários outros territórios provinciais, inclusive na Corte, durante o mesmo período, o Ministério dos Negócios do Interior do Império interviu autorizando a liberação de verba pública para ajudar a combater o problema. Assim, a Inspetoria da Fazenda mineira, através de sua tesouraria, comunicou ao chefe do Governo a "aprovação de créditos na importância de um conto e 500 mil réis para o tratamento dos desvalidos acometidos de bexigas nas freguesias de Bicudos e São José de Toledo no Município de Ponte Nova, e na de Jaguari na cidade de Rio Preto".[34]

A verba pública destinada ao tratamento dos miseráveis que tiveram a infelicidade de contrair o vírus da varíola, quando fosse o suficiente, era usada na contratação de médicos, na distribuição de vacinas e na criação de lazaretos (local onde se isolavam os indivíduos que não tinham condições de se tratarem de forma particular). A cidade de Pitangui, também contaminada em 1873, recebeu

> para formar uma comissão encarregada de dirigir um lazareto criado fora da cidade, onde serão recolhidas as pessoas indigentes que forem afetados, uma cota de 200 mil réis para as primeiras despesas. Para ali também foi remetido pus vacínico para combater o mal a bem da humanidade e principalmente da classe desvalida, a qual deve receber todos os cuidados, a fim de que não pereça a míngua de recursos.[35]

Estes lazaretos, o nome origina-se de Lázaro (aquele personagem bíblico curado de suas chagas pestíferas, a lepra, por Jesus), eram no tempo do Império uma espécie de lugar maldito. A população de um modo geral não aceitava bem a presença deles perto de suas moradias e nem em pontos estratégicos para a sobrevivência diária das povoações. Por exemplo: um grupo de moradores do bairro das cabeças em Ouro Preto, na ocasião da referida epidemia, protestou contra a escolha de uma propriedade onde seria montado um recolhimento de variolosos, argumentando que "cônscios do zelo e solicitude empregados para a extinção desse flagelo que tanto está dizimando a população desta Capital, vêm respeitosamente a bem do direito que tem (...) representar contra a escolha da referida casa para tal mister (...), pois é certo que ela se tornará prejudicialíssima, (...) apesar de todas as garantias e proteção do Governo em matéria tão importante como é da saúde, por causa da referida casa estar situada no centro de um núcleo populacional de mais de 60 pessoas, além do que aquele ponto do seu sítio é por onde entra o maior número de tropas que abastece o mercado desta capital, e a notí-

34 Idem, p. 1, 1873
35 Idem, p.11, 1873

cia de um lazareto ali poderá afugentá-las".[36] Foi por causa disto que tais lugares tiveram sempre um caráter improvisado e intinerante, sendo formados em épocas de emergências, sendo bom lembrar que tal prática não havia sido exclusiva do Brasil e nem fora inventada no século XIX, tratando-se de um costume antigo que se perde nas brumas do tempo, se bem que com nomes variados.

Retornando ao que mais nos interessa, vejamos mais alguns exemplos de pedido e libertação de créditos para controlar a violência da varíola na Província de Minas entre 1873 e 1874. A Câmara de Ouro Preto, no referido período, "solicitou providências ao governo da Província no sentido de evitar que o mal se propague, e que aos indigentes acometidos não faltem os preciosos socorros".[37] Em 13 de setembro de 1873, o Presidente do Executivo provincial ao ser informado pelo pároco local da freguesia de João Gomes do Município de Barbacena, sobre o falecimento de muitas pessoas acometidas pela epidemia de bexigas", segundo suas próprias palavras, "resolvi abrir um crédito de 500 mil réis que se mandará por à disposição da câmara a fim de socorrer as despesas com o tratamento dos indigentes vítimas daquele mal". [38] Da mesma forma foi determinado à tesouraria da Fazenda que ponha à disposição da Câmara Municipal de Juiz de Fora, a quantia 300 mil réis para o socorro das despesas com o tratamento dos indigentes acometidos".[39] Após "ofício datado em 29 de setembro daquele ano quando a Câmara Municipal de Aiuroca comunicou o aparecimento da epidemia de varíola na freguesia da Lagoa e para se evitar que o mal se propague a todo o Município, pedindo aprovação de um crédito, tenho a dizer-lhe que não só o aprovo, mas também louvo esta Câmara por seu patriotismo e caridade empregada em favor dos desvalidos". Respondeu o Inspetor de Saúde Pública, o Dr Carlos Thomas.[40] Na mesma ocasião, o Inspetor Público da Câmara de Itapericicaba comunicou à Presidência da Província que "a população da cidade de Januária acha-se sobressaltada como o terror da invasão da varíola, que tem assolado as margens do Rio São Francisco na Província da Bahia". Assim, em resposta, o governo mineiro se pronuncia afirmando estar "certo de que já tinham tomado as devidas providências a fim de enviar o mal, e no caso isso não for possível, solicitem desta Presidência abertura de crédito para socorrer o tratamento com os indigentes acometidos".[41]

36 APM, Registro de Relatórios, Ofícios e Cartas, SG 529, p.172-3, 187
37 APM, Registros de Ofícios de Inspetoria de Saúde pública da Província, SG 528, p.15, 1873
38 Idem, p. 13v, 1873.
39 Idem, p. 13, 1873
40 Idem, p. 16, 1873
41 Idem, p. 61, 1873

Os exemplos que foram apresentados até agora são incontáveis, principalmente a partir dos anos 1840, alcançado o seu auge entre 1873 e 1874 quando Minas havia sofrido uma da mais dramáticas epidemias de varíola do século XIX. Mas, paremos aqui com a apresentação deles, pois o essencial creio já ter sido alcançado, o de mostrar como os desvalidos do Império tornaram-se tema de preocupação pública em épocas de epidemia. No entanto, cabe frisar que o pensamento médico dominante no período não atribuía a estes desafortunados a causa geral das doenças, e assim a sua proliferação já que, em tese, eram os primeiros a serem afetados por causa da sujeira e imundice que eles produziam e com os quais conviviam. Neste sentido, eram estas as maiores responsáveis pela infecção do ar e o qual ao ser respirado levava consigo para os corpos humores maléficos tão temidos antes das descobertas de Pauster. Disto resultou a necessidade de se desenvolver medidas higiênicas difíceis de serem colocadas em prática, como impedir que: as latrinas ficassem descobertas nos quintais, o lixo fosse abandonado nas calçadas ou jogado nos rios, e até mesmo o sepultamento em igrejas.

Cabe também destacar que os fatores causadores das doenças mais graves no tempo do Império foram mais amplos e complexos do que poderiam supor os médicos do período, por causa do caráter incipiente das Ciências Médicas do Brasil de então e, fundamentalmente, em face dos poucos avanços conquistados pela Medicina de um modo geral em todo o mundo. Muitos profissionais de saúde em tal contexto tinham uma certa percepção de suas limitações para resolver os grandes problemas nosológicos que atormentavam as pessoas e assim procuravam analisar outras causas para a explicação dos recorrentes ataques epidêmicos à população. Assim a fome era vista como responsável pelo agravamento dos referidos problemas e, com efeito, também se exigia a intervenção pública para evitar que ela disponibilizasse os corpos a ficarem doentes. Foi por isto que, por exemplo, ainda na época da grande epidemia de varíola do biênio 1873 e 1874, o Inspetor de Saúde Pública da Província comunicou ao governo provincial que uma

> comissão nomeada pela Câmara Municipal de Grão Mogol para agenciar esmolas e donativos em favor dos indivíduos que estão sendo vítimas, naquele município, da fome, fez me ver que por mais esforços que se empregue, muito insignificante tem sido os resultados de suas diligências. E atenta às circunstâncias do lugar a referida comissão apelou à Presidência solicitando um auxílio com que pudesse minorar os sofrimentos de tantos infelizes que gemem sob o peso da miséria, tendo já o Barão de Grão Mogol posto à disposição da Câmara Municipal daquela cidade a quantia de 1 conto de réis para ser distribuída pelos indigentes. Atendendo, pois à justa solicitação resolvi abrir sob minha responsabilidade e nos termos do decreto 2884 de

> 1862 um crédito de 2 contos de réis que será posta à disposição da mesma Câmara a fim de empregá-la na compra de gênero para serem distribuídos aos pobres.[42]

A causa da fome generalizada em uma localidade, e em particular na acima citada, poderia às vezes estar relacionada ao caos que as epidemias provocavam na vida cotidiana, de forma que as povoações deixavam de ser visitadas pelas tropas que abasteciam seus mercados, por causa do medo e insegurança sofridos por todos, afastando os tropeiros dos lugares infectados, como ocorreu em Ouro Preto, durante a epidemia de 1874, na qual os habitantes de uma região onde seria organizado um lazareto para o isolamento dos bexiguentos protestou contra a escolha de sua localização argumentando que "aquele ponto do seu sítio é por onde entra o maior número de tropas que abastecem o mercado desta capital, e a notícia de um lazareto ali poderá afugentá-las".[43]

Diante do desenvolvimento deste texto tal como procuramos fazer até aqui, passemos agora às conclusões finais, buscando problematizar a constatação proposta no seu título no contexto da transição do trabalho escravo ao assalariado no Brasil durante a segunda metade do século XIX. A preocupação de alguns médicos mais afinados às idéias ilustradas e parte das elites mais próximas do que Sevcenko chamou de "ilusões do progresso" (1997) com o destino dos pobres e indigentes e o temor público de que as epidemias se propagassem a toda população poderiam estar relacionados a tentativa de, ao se combater o descontrole das doenças mais perigosas, impedir que tal embaraço criasse obstáculos à construção de uma sociedade civilizada no Brasil?

Eis uma questão que, na seqüência deste texto, estamos analisando. Por hora seria possível concluir que a saúde passou a ser um bem público cada vez mais precioso após a "Eras das Revoluções", quando os Estados, e neste caso o brasileiro, passaram a marcar uma presença mais firme, embora ainda incipiente, no drama de suas populações que, ao longo do século XIX, tiveram um infeliz aumento na incidência de várias doenças inclusive as de maior gravidade como as infecto-contagiosas entre outras (caso da varíola, do cólera, da febre amarela e da malária) em um contexto de rápida expansão demográfica tanto no campo quanto nas cidades. Estas foram as mais castigadas por causa do grande ajuntamento de pessoas em um mesmo espaço, levando à deterioração das suas condições sanitárias, devido à maior interdependência social sem a devida infraestrutura para suportá-la naqueles centros urbanos, fosse pequeno ou grande, ainda caracterizados pelas suas anti-

42 Idem, 38, 1874
43 APM, Registros de Ofícios e Despachos sobre Saúde Pública, SG 529, 1873-4, p.172-3

gas feições coloniais, onde acabou ocorrendo uma radicalização governamental, em face da recorrência e ampliação do problema em questão, quando a pobreza passou a ser percebida como potencialmente perigosa, sendo transformada em alvo dos sanitaristas, cujas idéias e práticas expressaram, em face de tantas calamidades que haviam sido acumuladas desde o tempo do Império, o horror de uma sociedade perturbada por tantas e recorrentes epidemias durante o seu processo mais frenético de anseio pela civilização, cujos obstáculos podem ser exemplificados num discurso síntese e emblemático de um delegado de higiene pública do município de Itajubá, interior de Minas: "infelizmente esta Delegacia tem muito a lutar com inúmeras dificuldades no cumprimento de seus deveres, dificuldades propícias do estado de civilização do país e do descumprimento das medidas higiênicas, todas desconhecidas da população. A falta de aceio dos moradores nos seus quintais é uma das causas de moléstias aqui. Estes quintais são quase sempre focos de miasmas, por causa das latrinas sem construção adequadas, e no centro da cidade há quintais com chiqueiros e galinheiros. Além disso, os depósitos de lixo e os açougues fazem uma fedentina insuportável, e a municipalidade tem pouca força e energia para lutar contra o povo, e por isso fica assim a cidade neste estado lastimável."[44]

Diante do exposto neste texto, podemos enfim encerrá-lo sugerindo a hipótese de que a fragilidade pública dos setores mais empobrecidos da população mineira foi transformado em tema do discurso humanitário dos ideólogos do sanitarismo, não só por causa do sofrimento que tais setores vivenciavam quando epidemias fustigavam a essência da existência humana, mas também porque a tragédia deles poderia se espalhar para toda a sociedade, em um contexto de expansão das interdependências sociais e dos avanços demográficos então experimentados pelos povos do Brasil, e assim comprometer o estado de civilização do país que, como lamentou o delegado de higiene do município de Itajubá anteriormente citado, se encontrava "lastimável". Tal situação acabou encejando ao longo das transformações do regime político no final do século XIX as políticas de higienização autoritária, porque o humanismo daqueles ideólogos se chocou com a modernização "a qualquer custo" das elites republicanas, das quais eles mesmos fizeram parte depois do ocaso do Império, cuja avidez pelo progresso converteu as camadas populares em perigo público, inaugurando um dos períodos mais violentos de nossa experiência histórica, da qual é exemplo paradigmático a Revolta contra a Vacina; tema de mais um centenário que poderá incrementar o debate sobre o nosso secular problema da exclusão social.

44 APM, Relatórios das Delegacias de Higiene, SP, PP.1-26, cx.8, 1886, p.21

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. 9ª ed. São Paulo, Cia das Letras, 1992.

CARVALHO, J.M. *Cidadania no Brasil*: o Longo Caminho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

CHALHOUB, S. *Cidade Febril*: Cortiços e Epidemias na Corte Imperial. São Paulo, Cia das Letras, 1999.

COSTA, E.V. da. *Da Monarquia à República*: Momentos Decisivos, 3ª ed. São Paulo. Brasiliense, 1985.

DEAN, W. *A Ferro e Fogo*: A História e a Devastação da Mata Atlântica. São Paulo. Cia das Letras, 1996.

ELIAS, N. O *Processo Civilizador*: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1993.

FERNANDES, T.M. *Vacina Antivariólica*: Ciência, Técnica e Poder dos Homens 1808-1920. Rio de Janeiro. Fund. Osvaldo Cruz, 1999.

FIGUEIREDO, B.G. *A arte de curar e seus agentes no século XIX na Província Mineira*. São Paulo, tese de Doutorado, USP, 1997.

FOUCALT, M. *Microfísica do Poder*. 13ª ed. Rio de Janeiro, Graal, 1998

FRANCO, M.S. de C. *Homens Livres na Ordem Escravocrata*, 2ª ed. São Paulo. Ática, 1974.

HOCHMAN, G. *A Era do Saneamento*. São Paulo, Hucitec, 1998.

LAQUEUR, T. *Corpos, Detalhes e Narrativa Humanitária*. IN: HUNT, Lynn. A Nova História Cultural. São Paulo, Martins Fontes, 1992.

MACHADO, R. *A Danação da Norma*: A Medicina Social e a Construção da Psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro. Graal, 1978.

SEVCENKO, N. Prelúdio Republicano: astúcias da ordem, ilusões do progresso. In: NOVAES, Fernando (Dir.). *História da Vida Privada no Brasil: Da Bellè Epoque à Era do Rádio*. São Paulo, Cia das Letras, 1999.